



Percepção e iconicidade, diagrama e mônada

Jean-François Bordron *

Tradução de Gabriela Santos e Silva** e Carolina Lindenberg Lemos***

Resumo: O campo da semiótica se apresenta, em toda sua generalidade, como um conjunto de multiplicidades acompanhadas de diferentes regras destinadas a estabelecer o que não está contido em tal conjunto. A natureza dessas regras – eis a questão. Na medida em que uma semiose, na definição clássica, procede a um só tempo de uma enunciação (ou seja, de uma ação), de um sentido atrelado a uma expressão e de hipóteses propostas acerca daquilo que existe, real ou ficticiamente, pode-se pensar que a questão consiste em coordenar esses três infinitos sob a forma de um evento a cada vez atual. O fato semiótico revela, nesse particular, toda sua complexidade, mas também toda sua estranheza. Com efeito, como conceber que se possa, simultaneamente, diferenciar e coordenar localmente elementos tão díspares apenas por força de um pensamento? Proporemos conceber tal unidade sob a forma de um ícone. Peirce afirmou, certa vez, que tudo o que é icônico é possível. Sob esse ponto de vista, é legítimo considerar que a iconicidade é um traço essencial da realidade, assim como também o é de certos planos da expressão. Disso decorre que um ícone, ainda quando não corresponda a nada que tenha presença em nosso mundo, contentando-se, por assim dizer, em existir por si mesmo, indica todavia a possibilidade de algum tipo de mundo que se pode, por meio dele, explorar ou sonhar. Se isso puder ser admitido, um ícone deve poder reivindicar alguma forma de verdade. Esse é justamente o ponto que, percorrendo diferentes níveis de análise do ícone, procuraremos elucidar.

Palavras-chave: semiose, percepção, iconicidade, ontologia, semântica

A origem sensível da significação parece ser um postulado aceito, ao menos desde *Fenomenologia da percepção* (2006 [1945]), de Merleau-Ponty, e *Semântica estrutural* (1973 [1966]), de Greimas. É verdade, entretanto, que o caminho exato que vai do mundo sensível à semântica permanece, em boa parte, enigmático. Nas páginas seguintes, buscaremos elucidar os primeiros pressupostos dessa tese, além das bases metafísicas sobre as quais, em nossa visão, ela situa-se. Desse modo, insistiremos sobretudo na importância, nesta etapa da pesquisa, de uma reflexão a respeito da iconicidade e do seu lugar no surgimento do sentido.

1 Percepção e semiose

Peirce foi capaz de afirmar: “Mas há uma garantia que o ícone proporciona no mais alto nível. A saber, aquilo que é apresentado diante do olhar da mente – a Forma do Ícone, que é também o seu objeto – deve ser *logicamente possível*” (1935, CP 4.532)¹.

Essa reflexão de Peirce amplia consideravelmente a importância do ícone, não apenas dentro da ordem semiótica, mas também na ordem dos entes possíveis, isto é, aquela de uma ontologia geral. Peirce pensa aqui nesta forma particular do ícone, o diagrama, que

* Professor Emérito da Universidade de Limoges, França. Foi, durante anos, um dos coordenadores do Seminário de Semiótica de Paris. Endereço para correspondência: { jfbordron@noos.fr } .

** Aluna de graduação do curso de Letras (Português / Francês) da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Estudos Semióticos (SEMIOCE) da mesma universidade. Endereço para correspondência: { gabrielasantosesilva@gmail.com }

*** Professora da Universidade Federal do Ceará (UFC) e membro do Grupo de Estudos Semióticos (SEMIOCE) da mesma universidade. É a atual presidente da *Association des Jeunes Chercheurs en Sémiotique* (AJCS) e editora da seção « Chroniques » da revista *Signata : Annales de sémiotique* (Universidade de Liège, Bélgica). Endereço para correspondência: { carolina.lemos@gmail.com }

¹ Tradução nossa para o trecho original: “But there is one assurance that the Icon does afford in the highest degree. Namely, that which is displayed before the mind’s gaze – the Form of the Icon, which is also its object – must be *logically possible*.”

é o ícone de relações, como é, por exemplo, uma equação. Mas essa reflexão é também aplicável às imagens e às metáforas, cuja designação se faz melhor por hipoícones. Dessa forma:

Os hipoícones podem ser grosseiramente divididos de acordo com o modo de Primeiridade do qual eles participam. Aqueles que fazem parte das qualidades simples, ou Primeiras Primeiridades, são *imagens*; aqueles que representam relações, principalmente diádicas, ou consideradas como tais, das partes de uma coisa por relações análogas em suas próprias partes, são *diagramas*; aqueles que exprimem o caráter representativo de um *representamen* ao reproduzir um paralelismo em outra coisa são *metáforas*.² (Peirce, 1935, CP 2.276-7)

O que nos interessa nessas reflexões de Peirce, independentemente de sua terminologia própria, é o lugar central concedido à iconicidade no processo semiótico em geral e, mais particularmente, em sua relação com o conhecimento. A semiótica estruturalista teve uma certa tendência para colocar a linguagem no centro de sua concepção do signo, de modo que o estatuto da imagem se tornou mais incerto. Sem retomar aqui a história desse problema, gostaríamos de salientar o que o lugar concedido por Peirce à iconicidade traz de surpreendente do ponto de vista semiótico, mas também de um ponto de vista filosófico mais geral.

Sabe-se que, para Peirce, a evidência fornecida pelo julgamento de percepção se encontra da mesma maneira no juízo matemático:

Essa compulsão indefensável do juízo perceptivo é exatamente o que constitui a força de coerção da demonstração matemática. Pode-se surpreender que eu classifique a demonstração matemática entre as coisas injustificadamente compulsórias. Mas a verdade é que o nó de qualquer prova matemática consiste precisamente em um julgamento similar, em todos os sentidos, ao juízo de percepção, exceto pelo fato de que, ao invés de se referir a um percepto imposto a nossa percepção, refere-se a uma imaginação de criação nossa. (Peirce, 1958, CP, 7.659).³

O ponto que nos interessa aqui é o vínculo estabelecido entre a iconicidade, a percepção e um tipo particular de pensamento (a matemática). O ato semiótico, atestado pela iconicidade, e mais particularmente aquela dos diagramas, produz no espírito um sentimento de mesma natureza que aquele proporcionado pela percepção. A questão é, portanto, compreender em que sentido pode-se dizer que a evidência da qual

se acompanha o juízo de percepção possui relação com uma semiose.

Há diversos modos de definir uma semiose. Pode-se ao menos distinguir a maneira concebida por Peirce daquela normalmente utilizada pelas semióticas estruturalistas.

O esquema bem conhecido de Peirce pode tomar a forma de uma inferência e, mais especificamente, de uma abdução. Pode-se definir a semiose da seguinte forma: se um *representamen*, então seu *objeto*, sob a hipótese de um *interpretante*. A forma abdutiva da semiose tem a vantagem de assinalar o fato de que um processo significante estabelece sempre uma certa forma de raciocínio, que pode, entretanto, permanecer implícita. Salienta-se, por meio disso, a dimensão interpretativa do fato semiótico. Mas, por outro lado, a dimensão própria ao significante, à sua composição interna, permanece difícil de ser descrita como revelam as análises de inspiração peirciana.

A semiótica estrutural, contrariamente, insiste na composição interna do significante e nas dependências mantidas com o plano do significado. Em *La structure fondamentale du langage* (1968), Hjelmslev estabelece cinco traços que podem definir uma linguagem e, mais especificamente, uma semiótica. A presença dessas cinco características é necessária para definir uma semiótica: “Não pode haver linguagem sem que os cinco traços estejam todos presentes” (Hjelmslev, 1968). Recordemo-nos brevemente.

Está claro, antes de tudo, que uma semiótica compreende necessariamente dois planos, *expressão* e *conteúdo*. Distinguem-se, igualmente, um *sistema* e um *processo*. A *comutação*, por sua vez, indica uma dependência entre as relações do plano do conteúdo e as relações do plano da expressão. Há, ainda, as *relações definidas* entre as unidades. Essas relações são, essencialmente, a combinação e a recepção. Por fim, o plano da expressão e o plano do conteúdo são *não conformes* em uma semiótica. Essas duas concepções levam a respostas distintas a uma mesma pergunta: como compreender o fenômeno da significação? Elas não se contradizem, mas provêm de pontos de vista diferentes.

O sentido de um signo está, para Peirce, ligado a uma ação, trata-se, sempre, de um signo em ato. “O sentido de um signo é o signo no qual ele deve ser traduzido” (Peirce, 1935, CP 4.132)⁴. Ou ainda: “Considerem-

² Tradução nossa para o trecho original: “Hypoicons may be roughly divided according to the mode of Firstness of which they partake. Those which partake of simple qualities, or First Firstnesses, are *images*; those which represent the relations, mainly dyadic, or so regarded, of the parts of one thing by analogous relations in their own parts, are *diagrams*; those which represent the representative character of a *representamen* by representing a parallelism in something else, are *metaphors*.”

³ Tradução nossa para o trecho original: “This indefensible compulsiveness of the perceptual judgment is precisely what constitutes the cogency of mathematical demonstration. One may be surprised that I should pigeon-hole mathematical demonstration with things unreasonably compulsory. But it is the truth that the nodus of any mathematical proof consists precisely in a judgment in every respect similar to the perceptual judgment except only that instead of referring to a percept forced upon our perception, it refers to an imagination of our creation.”

⁴ Tradução nossa para o trecho original: “the meaning of a sign is the sign it has to be translated into.”

se quais efeitos práticos imaginamos que o objeto de nossa concepção tenha. A concepção desses efeitos é a concepção completa do objeto” (Peirce, 1935, CP 5. 402)⁵. A ação é, desse modo, o meio no qual a semiose peirciana evolui e, por essa razão, está ligada ao pragmatismo.

Em um contexto estruturalista, o foco paira sobre os sistemas de dependência que compõem uma estrutura. Mas a dependência não exclui de modo algum a ação, nem a ênfase dada à ação suprime as regras de composição. Trata-se de duas perspectivas diferentes orientadas na direção de um mesmo objeto. Não procuramos relacioná-las conjuntamente ou fundi-las, para apagar suas especificidades. Acreditamos que seja necessário ter em mente os dois requisitos, de ação e de dependência, que pensamos serem indispensáveis a uma boa compreensão da semiose, qualquer que seja o pano de fundo teórico sobre o qual são dispostos.

Após essa reflexão, retornemos à questão da percepção. Pode-se considerar, com efeito, que a percepção é, ao mesmo tempo, uma ação e uma estruturação da experiência. Ela se presta, por isso, muito bem para exemplificar o ato semiótico. A percepção parece estar ligada à vida na medida em que apenas um ser vivo parece poder manter com seu ambiente uma outra relação além daquela descritível pela mera causalidade.

Não é necessário poder definir rigorosamente o que é a vida para constatar que ela introduz no contínuo do tempo uma dupla descontinuidade: o nascimento e a morte. A partir disso, compreende-se que um ser vivo se caracteriza pela necessidade de manter sua existência, necessidade estranha a uma pedra, por exemplo. Para fazer isso, é necessário que a percepção de certos objetos do mundo (as presas, por exemplo) produza no ser vivo uma emoção aliada a uma ação motriz. O objeto percebido, qualquer que seja a sua modalidade, pode ser, por essa dupla razão (ação motriz e emoção), considerado não como um objeto neutro, mas como um significante cujo sentido está relacionado à sobrevivência. Diremos, portanto, que uma percepção pode ser considerada como uma semiose em que o seu plano de expressão é dado pela maneira por meio da qual o sujeito percebe o seu objeto, percepção essa que produz, na verdade, algo que seria melhor denominado como um plano de interexpressão, visto que é o resultado da interação do sujeito com o objeto⁶. Nessa estrutura, o plano do conteúdo é dado pelo que experiencia o agente da semiose (o enunciador). Pode-se resumir essa concepção pelo esquema abaixo, no qual o que é visado pelo ato de percepção é nomeado horizonte, a fim de indicar que não tem necessariamente o estatuto de objeto:

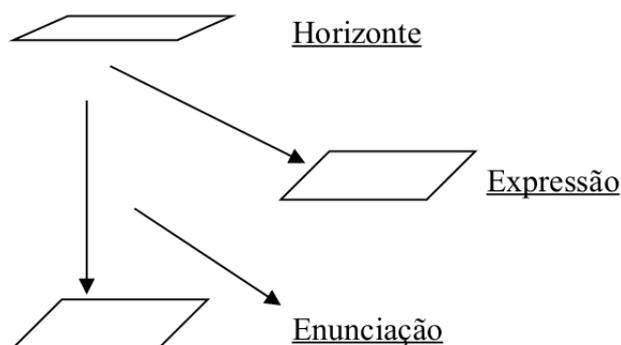


Figura 1

No esquema, reconhece-se facilmente os três polos do signo, mais geralmente reconhecidos, seja qual for o foco posto em um ou em outro, e independentemente das interpretações possíveis, variáveis de acordo com as diversas teorias semióticas. Queremos insistir, de nossa parte, no seguinte fato: os três polos não devem

ser compreendidos como a coordenação de entidades já existentes, mas como o resultado da divisão operada por todo signo sobre todo o campo de nossa experiência. Em outros termos, um signo se caracteriza primeiramente como um ato de separação do qual resultam três domínios distintos: o dos atos (e, mais especifi-

⁵ Tradução nossa para o trecho original: “Consider what [practical] effects [...] we conceive the object of our conception to have. Then, our conception of these effects is the whole of our conception of the object”.

⁶ Ver: Bordron, Jean-François. « Perception et expérience ». *Signata*, n. 1. Liège, Bélgica: Presses Universitaires de Liège, 2010, p. 255-293. Disponível em: <http://journals.openedition.org/signata/308>

camente, da enunciação), o da expressão resultante e o daquilo que é visado (o horizonte) e em relação ao que se constitui a significação. O fato de esses domínios serem distintos não implica que eles estejam isolados uns dos outros. Eles estão, pelo contrário, intimamente relacionados, por assim dizer, entrelaçados juntamente, mas, no entanto, distinguíveis. Pode-se compará-los ao desabrochar de uma flor. Um signo é, nesse sentido, uma morfologia que desenha uma estrutura originária para todas as experiências possíveis. Um mundo de pura homogeneidade não seria perceptível nem inteligível, nem seria uma simples compilação de objetos. O mundo é, mais precisamente, uma multiplicidade, cujo estatuto e cujos elementos permanecem, nessa etapa, indeterminados, ainda que uma multiplicidade ordenada. Nossa estrutura originária não diz, portanto, nem o que é, nem quais atos são realizados, nem o que isso significa, mas, simplesmente, que é necessário, para a mais elementar das inteligibilidades, que esses três domínios sejam diferenciados: o do ser, o do sentido, o da ação. Se foi possível dizer que esses termos eram indefiníveis, é simplesmente porque eles não têm sentido quando tomados por si mesmos e são inteligíveis apenas por meio de seus pressupostos recíprocos.

Está claro que cada uma dessas três posições só será compreendida em relação às duas outras. Mas o mais importante está no estatuto formal dessa tripartição. Nós pretendemos dizer, por isso, que a matéria dos termos não é o motivo de sua posição específica. Desse modo, o que é possível, de um certo ponto de vista, considerar como uma ação produtora de sentido pode, de um outro ponto de vista, ter o papel de um plano de expressão ou ainda do horizonte de uma visada. Nada é, por natureza, destinado a ocupar um ou outro lugar, mas as posições devem existir como condições de possibilidade para que os conteúdos possam ser aí inseridos. Observa-se, igualmente, que a indiferença das posições em relação ao estatuto daquilo que as ocupa a um certo momento torna possível as variações que são próprias das figuras retóricas.

2 A iconicidade primeira

Busquemos, agora, tirar as consequências dessa primeira observação. Se uma morfologia abstrata organiza o domínio da nossa experiência, devemos poder mostrar sua eficiência em qualquer ocasião. Notemos, primeiramente, que essa morfologia é, de fato, um ícone (e não um hipoícone), na medida em que ela gera uma forma estável de um ponto de vista mereológico, em que as partes estão relacionadas por uma

dependência estrita. A estabilidade mereológica e a dependência entre as partes resumem a definição que adotamos para caracterizar a iconicidade. Adicionemos o fato de que a iconicidade não é, para nós, a propriedade de um signo particular, mas uma característica própria a toda forma de signo, e isto de acordo com todas as modalidades sensoriais. Se considerarmos a iconicidade de um ponto de vista puramente formal, ou ainda, na medida em que é uma condição de possibilidade de nossa experiência, ela desempenha um papel comparável ao que as categorias possuem na reflexão kantiana ou gramática em linguística. Vejamos, para ilustrar essa afirmação, dois casos, cada um com sua especificidade.

No primeiro, tomaremos o exemplo da percepção de um evento. No segundo, consideraremos os diversos olhares possíveis sobre uma imagem.

Suponhamos que uma bola de tênis quebre uma janela. Esse fato é um acontecimento, na medida em que rompe a suposta continuidade do tempo. Para quem o percebe, ele é um significante. Mas, como significante, ele é inseparável da ação que o produziu e da significação que ele propõe. Esses três domínios são inseparáveis e estão relacionados conjuntamente por uma dependência icônica. É importante, para se compreender em que esse evento é exatamente um signo, buscar quais são as significações que podem ser atribuídas a ele. A primeira dessas significações é a causalidade. Na percepção de um evento sensível, a categoria da causalidade não é adicionada ao evento, mas é diretamente o seu sentido. Ela se compõe juntamente com ele. A bola quebrando a janela nos diz que essa ocorrência tem uma ou mais causas e uma ou mais consequências. A causalidade não é separável do evento. O mesmo pode ser dito das outras categorias. Porém, a relação entre um evento, na sua singularidade, e a categoria, na generalidade, não tem aqui a forma lógica da predicação que lhe atribuímos normalmente. A relação é de natureza icônica, pois contribui para a unidade necessária daquilo que seria, sem isso, uma mera diversidade. Sempre foi difícil relacionar o que se considera como singular e o que é geral. A participação platônica é uma das principais soluções propostas a esse problema. Nós procuramos conceber o signo icônico como uma resposta possível que nos parece a mais próxima da experiência da percepção. O signo tem, desse modo, a função de um laço unificador que pode ser aproximado da *chora* de Platão⁷.

Nós acabamos de associar em uma unidade algo que provém de três ordens e que não é fácil de ser definido nem distinguido. O senso comum considera, em geral, que o horizonte visado pelo ato – e manifestado pelo plano de expressão – corresponde a algo, seja existente

⁷ Não podemos abrir aqui nem mesmo um inventário mínimo dessa questão. Sobre esse assunto, pode-se encontrar uma discussão bastante original na obra de A. N. Whitehead, em particular em *Procès et réalité. Essai de cosmologie*. Trad. francesa de Daniel Charles, Maurice Élie, Michel Fuchs, Jean-Luc Gautero, Dominique Janicaud, Robert Sasso e Arnaud Villani. Paris: Gallimard, 1995.

ou ficcional. Estamos, então, no esquema clássico da representação. Mas esse não é o sentido que damos à nossa morfologia icônica. Trata-se de uma distribuição, mas tudo nele existe no mesmo modo e segundo a mesma unidade. O ato existe, o sentido existe, a expressão existe, os três ao mesmo tempo, como os momentos dependentes da mesma imagem. Os três aspectos do evento que tomamos como plano de expressão existem na mesma unidade. Contudo, é possível, como para toda imagem, adotar pontos de vista particulares sobre eles que modifiquem, ao menos de modo parcial, o sentido. Retornemos ao nosso exemplo e, mais precisamente, à causalidade que é inseparável dele. O ponto de vista da causalidade pode ser reforçado de diferentes maneiras. De acordo com a primeira, diremos prontamente que se trata de uma cadeia causal, tão complexa quanto imaginável, mas que obedece à regra de transitividade que lhe é própria. Então, alguém bateu na bola com uma raquete e quebrou a janela. O ator, a raquete e em seguida a bola formam uma cadeia causal que poderia ser prolongada indefinidamente, tanto a montante quanto a jusante do evento. Por isso, o evento é potencialmente dependente do conjunto de forças que atuam de maneira causal no universo. Porém, trata-se de um universo onticamente concebido, sem que nenhuma situação particular venha a ser adicionada. Nós podemos, ao contrário, considerar que o personagem em posse da raquete quebrou a janela. A bola quebrou a janela, o personagem quebrou a janela, mas seria estranho adicionar, nesse caso, “a raquete quebrou a janela”. A cadeia causal foi rompida, ou ao menos modificada, pelo fato de que agora envolvemos um ator que não é uma simples causa, mas sim uma causa munida de intencionalidade. O mundo de referência não é mais o mundo ôntico, mas sim um mundo roteirizado e, portanto, semântico. A raquete torna-se, por conseguinte, um simples actante instrumental. Está claro que essas perspectivas diferentes se referem ao mesmo evento. Mas distingui-los nos parece mostrar em que ponto o semântico e o ôntico são ao mesmo tempo distintos e intrinsecamente misturados. Nesse exemplo, a distinção se dá, essencialmente, na diferença entre a transitividade das causas ônticas e a suspensão, ao menos local, dessa transitividade na ordem semântica. Veremos mais exemplos adiante.

Pode-se naturalmente aproximar esses dois tratamentos distintos de séries causais da diferença entre causa eficiente e causa final. Assim como aponta a *Tercira Crítica* kantiana (*Crítica do Juízo*), o julgamento teleológico é essencialmente de natureza semântica, por oposição à determinação das causas eficientes que concerne apenas à organização no sentido ôntico.

Nesse exemplo, insistimos na categoria da causa-

lidade. Entretanto, outras categorias conduziram a conclusões semelhantes (a qualidade e a quantidade, em particular), assim como a organização do tempo e do espaço. Antes de nos ocuparmos com um outro exemplo, vejamos brevemente as propriedades semântica e ônticas do tempo e do espaço.

O tempo entendido como duração, no modelo de Bergson, difere profundamente do tempo mensurável, assim como a noção de presente, considerada no modo da presença existencial, tem pouca afinidade com a simultaneidade de dois eventos. Essas diferenças bastante conhecidas são quase idênticas no caso do espaço. O espaço habitado, o lugar e o território são bem distintos do espaço métrico, ainda que conservando relações com o espaço topológico.

Insistamos no fato de não estarmos buscando delimitar domínios totalmente distintos, mas sim duas perspectivas sobre o mesmo fenômeno. Para que tenhamos mais clareza, examinemos novamente a diferença entre semântico e ôntico. Se um percepto é considerado como um significante, é evidente que esse significante “é”, mas em um sentido que não é propriamente ôntico como admitimos para os objetos ou os estados de coisa. O significante tem valor de existência, como foi reconhecido desde as primeiras reflexões dos filósofos sensualistas, em particular Condillac. Toda percepção engendra um signo de existência, ou seja, um índice. Todavia, a ação desse índice não cessa em si mesma. Um índice é a forma sensível de uma questão, razão pela qual ele suscita uma interrogação, que tende em direção a um horizonte. Se uma percepção levanta uma reflexão, ela se volta tanto para o domínio ôntico quanto para o domínio semântico. É importante, portanto, distinguir, quanto à existência, o que provém desses domínios tomados em conjunto e o que é propriamente existencial ou ontológico, ou seja, o próprio significante, como relação de entre-expressão entre um ato (uma enunciação perceptiva) e o mundo sensível. Sem o significante, que pode ser também chamado “o ser”, a percepção não teria nenhum teor existencial ou estético, o que é absurdo. Deve-se, por conseguinte, diferenciar o que é significante, ao qual é possível reservar o termo ontologia, e o que é onticamente.

Tomemos agora nosso segundo exemplo e voltemos à estrutura trina que qualificamos como originária. Se contemplamos uma imagem, a direção do nosso interesse verifica essa tripartição. Podemos, com efeito, contemplar a imagem, pois ela concerne a alguma coisa, a um objeto, a um estado de coisas, a um evento.

Situamo-nos, então, na imagem de atribuição, a imagem compreendida como uma representação, mesmo se esse termo comporta alguns equívocos. Digamos, portanto, que a imagem, nesse caso, tem seu interesse

⁸ Para um desenvolvimento desta temática, nós retornamos a Jean-François Bordron, *Image et vérité. Essais sur les dimensions*

principal naquilo a que ela visa e no modo como ela o significa. É isso que nós denominamos imagem *horizonte*⁸. Mas, por outro lado, a imagem pode atrair nosso olhar como plano de expressão e, consequentemente, nos orientar no sentido de considerações estéticas, mas também técnicas. Falaremos, então, de imagem *escritura*⁹. É patente que essas duas perspectivas não se excluem e são frequentemente coordenadas. Enfim, podemos considerar a imagem à medida que ela se produz, sua existência sendo a principal razão do interesse que ela suscita. Falaremos, nesse caso, de imagem *evento*. A imagem, no contexto de experimentação científica, tem frequentemente essa característica de evento. A descoberta de certas imagens, na ciência, como na arte, vem dessa perspectiva. Digamos mais uma vez que esses três aspectos não são separáveis, mas distintos. Pode-se dizer que eles formam, cada um por si mesmo, três planos de imanência coordenados em torno do significante da percepção que lhes fornece um lugar de articulação. Esses planos são distintos no fato de que cada um possui um tipo particular de geratividade que pode prolongá-lo indefinidamente.

Examinamos acima a questão da causalidade e a ruptura de transitividade que é uma das características da diferença entre a compreensão ôntica da causalidade e sua compreensão semântica. A passagem de um ao outro pode ser descrita como aquilo que vai de uma cadeia causal a um roteiro. Ao fazê-lo, as entidades causalmente implicadas tornam-se actantes e, com isso, adquirem uma certa delimitação, em particular no espaço. O problema se torna de natureza mereológica. Agora, constata-se facilmente que a mesma ruptura de transitividade ocorre quando se considera a lógica das partições e suas transformações semânticas. Assim, se se admite como axioma da mereologia a transitividade entre as partes, de tal modo que, se A é uma parte de B e B é uma parte de C, então A é uma parte de C, essa transitividade pode falhar em vários contextos, essencialmente por razões semânticas. Diremos que a fechadura é uma parte da porta, a porta, uma parte da casa e esta, uma parte da cidade, mas não se dirá que a fechadura é uma parte da cidade. Aqui, novamente, as restrições semânticas são claramente distintas, sendo, entretanto, inseparáveis da cadeia ordenada de forma transitiva. A ruptura de transitividade corresponde espacialmente à presença de uma borda, conforme fornecido aqui pela casa, entendida como uma entidade espacialmente definida. O mesmo se aplica à transformação de uma entidade causal em um actante distinguível de seu contexto imediato. O efeito de borda aparece, portanto, como uma operação semântica fundamental que é encontrada tanto no tratamento das cadeias causais, quanto nas

composições mereológicas, na construção do presente temporal e dos lugares no espaço. O estabelecimento de uma intransitividade aparece como uma operação primitiva. Em outros termos, a semântica se apoia na transformação do mundo percebido em imagens. Nesse sentido, ela se opõe ao mundo ôntico ao qual é conferida normalmente uma organização de natureza lógica. Esse é o efeito de saturação essencial.

Partimos de uma reflexão de Peirce sobre a similitude entre a evidência dada pela percepção e a fornecida por uma equação matemática. Se a equação matemática tem a forma do diagrama, pode-se dizer, da mesma maneira, que a percepção é imediatamente diagramática, na medida em que ela divide a experiência segundo três linhas de força, como buscamos defini-las. Porém, não se deve confundir os dois usos do termo diagrama que fazemos aqui. O diagrama da percepção é de ordem metafísica, pois busca tornar compreensível o que é uma realidade última. *Última* não designa uma entidade além de toda realidade, mas, contrariamente, o que está imediatamente lá, mesmo se a consciência que temos dessa realidade permaneça vaga. O último é aquilo que não pode não estar presente na experiência mais imediata. Ele designa o ponto onde nasce toda forma de experiência e a partir do qual se engendram as três séries entrecruzadas que buscamos descrever. Se esse diagrama é comum a toda experiência, é porque ele é puramente formal e não substancial. Ele é puramente formal, pois ele pode impor sua forma a qualquer substância atuando no papel de substrato. Deve-se dizer novamente aqui que uma forma estrutural se caracteriza pelo fato de criar elementos dividindo um substrato e não pela combinação de elementos que seriam preexistentes a ele.

A diferença entre o que nós concebemos no modo ôntico e o que abre um campo semântico indefinido se inscreve na morfologia inicial e, portanto, em um percepto também de natureza icônica. Vejamos mais uma vez a estrutura primeira. Um percepto, quer seja de um encontro com o mundo exterior ou de uma experiência interior, não é nunca uma unidade simples, inteira, ele é sempre uma divisão que se oferece a diversas direções possíveis. Peirce diria, sem dúvida, que ele provém da primeiridade. Mas a primeiridade, como categoria, é equivalente a uma qualidade pura. Ela pode apenas designar a face expressiva do percepto, sua natureza de significante. Esse significante é necessariamente munido de uma orientação, de um vetor, que faz toda a complexidade interna da sensação. Um percepto é necessariamente um percepto de alguma coisa, no duplo sentido do genitivo. Como vimos, ele se orienta simultaneamente no sentido de um horizonte e da sua própria origem, o ato que o acompanha.

iconiques de la connaissance. Liège, Bélgica: Presses Universitaires de Liège (Coll. SIGILLA), 2013. p. 51-65.

⁹ A questão de saber se a imagem é uma marca, uma escritura ou se ela circunscreve aquilo que ela representa à maneira de um objeto é o centro do debate entre iconófilos e iconoclastas. A discussão constrói-se em torno da oposição entre *grapehin* e *perigraphiein*.

Compreende-se que essa dupla direção é também o resultado de uma dupla causalidade. O sujeito e o objeto, tomados aqui no sentido gramatical, são igualmente causas. Vimos que o significante deve ser entendido como o resultado de uma entre-expressão. Segue-se que a visada que se orienta na direção do horizonte é, ao mesmo tempo, e de uma maneira dificilmente distinguível, visada de um ente onticamente concebido e de uma significação. Há uma bifurcação intrínseca à sensação, pois ela é o efeito de uma dupla causalidade. É por isso que na sensação a evidência do objeto ôntico e a elaboração semântica que o acompanha se entrelaçam.

3 Três infinitos

Nossa reflexão nos levou a reconhecer a existência de uma estrutura diagramática que divide nossas experiências perceptivas em três planos (ou três fases). Cada um deles possui sua estrutura própria, mas não pode ser concebido como independente dos demais, por causa da existência estrutural do conjunto. Essa triplicidade é originária e, como tal, metafísica. Mas cada um desses planos parte de uma gênese particular que depende das particularidades da experiência em curso. Na medida em que a experiência não cessa jamais, pode-se dizer de cada um desses planos o que Saussure dizia a respeito do sentido de uma palavra: “Para esgotar o que é contido em *espírito*, por oposição a *alma* ou ao *pensamento*, ou o que é contido em *ir* por oposição a *marchar*, *passar*, *caminhar*, *se transportar*, *vir* ou *ficar*, uma vida humana poderia, sem exagero, se passar.” (Saussure, 2004, p. 71).

Mais radicalmente ainda: “A sinonímia de uma palavra é, nela mesma, infinita, ainda que seja definida com relação a uma outra palavra” (Idem, p. 77).

Estamos lidando com três infinitos que, na medida em que são estruturalmente dispostos, cruzam-se e recruzam-se sem cessar. Dispõe-se, em geral, cada um deles de acordo um princípio de percurso gerativo, que é possível de compreender de diversas maneiras. Pode-se pensar, como propôs Greimas, em dispor cada etapa de acordo com um processo organizado em níveis sucessivos, cada um obtido a partir de uma conversão do precedente. Propusemos uma concepção monadológica¹⁰ na qual cada mônada é uma perspectiva de todas as outras. Essa solução tem como mérito primeiro evitar o problema das conversões. Seu interesse principal, contudo, é introduzir a questão do ponto de

vista no interior da generatividade. Cada mônada é um ponto de vista que pode ser adotado ou não. Além disso, com todos os pontos de vista podendo ser ativos ao mesmo tempo, compreende-se melhor a complexidade de certos universos semânticos, em particular na sua expressão textual. O que, em última instância, deve ser compreendido, dada a estrutura triádica original, é a conexão das significações entre elas, assim como a conexão entre as entidades do mundo. A organização monadológica é, sem dúvida, o que sugere mais claramente a possibilidade de relacionar várias multiplicidades. Leibniz exprimiu esse fato em múltiplas ocorrências. Dessa forma: “Ora, esta ligação ou este acomodamento de todas as coisas criadas a cada uma e de cada uma a todas as outras, faz com que cada substância simples tenha relações que exprimem todas as outras e que ela seja, por conseguinte, um espelho vivo perpétuo do universo.”¹¹. Ou ainda:

E como tudo está ligado devido à plenitude do mundo, e cada corpo atua em maior ou menor medida sobre cada um dos demais, segundo a distância, sendo por sua vez afetado por reação, segue-se que cada Mônada é um Espelho vivo, ou dotado de ação interna, representativo do universo, segundo seu ponto de vista, e tão regulado como o próprio universo.¹²

Do mesmo modo: “Ademais, toda substância é como um mundo completo e como um espelho de Deus, ou melhor, de todo o universo, expresso por cada uma à sua maneira, quase como uma mesma cidade é representada diversamente conforme as diferentes situações daquele que a olha.”¹³

Se aceitamos a convicção expressa por Saussure de que o sentido de uma única palavra é susceptível de ter uma infinidade de variações, parece-nos inconteste que uma organização monadológica, inspirada em Leibniz, mas também em Demócrito¹⁴, pode ser a forma geral capaz de, ao menos, figurar essa extrema complexidade. Citemos ainda este comentário de H. Wismann sobre o sentido do atomismo de Demócrito:

O movimento atômico, com efeito, articula a alteridade absoluta do vazio. A identidade surge do dinamismo próprio da diferenciação, que multiplica ao infinito as trajetórias, de modo que elas terminam por se entrelaçar e constituir agregados. É no interior desses agregados, espaços divididos no vazio e delimitados por uma membrana de átomos entrelaçados, que se formam as primeiras qualidades, o tamanho, a densidade, o peso, e que começam os processos cosmogônicos. (Wismann, 2010, p. 90)

Seja qual for a cosmogonia de Demócrito, compreende-se que ela se constitui progressivamente

¹⁰ Ver: Bordron, J. F. « Pour une grammaire monadologique ». *Documents de recherches sémio-linguistiques*, n. 22, 1982. Ver também: Boudon, P. *Le réseau du sens. Une approche monadologique pour la compréhension du discours*. Berne, Suisse: Peter Lang, 1999 (tome 1), 2002 (tome 2).

¹¹ *Monadologia*, §6, 1714.

¹² *Princípios da natureza e da graça fundados na razão*, §3, 1714.

¹³ *Discurso de Metafísica*, §9, 1686.

¹⁴ Ver: Wismann, H. *Les avatars du vide. Démocrite et les fondements de l'atomisme*. Paris : Hermann, 2010.

sobre a base de um processo de diferenciação. Assim é realizada uma determinação do que está em seu princípio indeterminado (o vazio). Trata-se, sem dúvida, de mostrar o que seria classificado hoje no domínio das categorias ônticas: qualidade, tamanho, densidade, etc. Contudo, percebe-se que o próprio processo, na medida em que se apoia em operações de diferenciações, corresponde mais a uma dinâmica semântica, próxima das concepções de Saussure. O átomo, com efeito, não é uma entidade material, mas sim um ritmo, ou seja, uma forma, mas em constante mudança e, portanto, dinâmico. Ainda assim, precisamos de uma forma desse tipo para compreender, ao mesmo tempo, a complexidade dos três domínios que mencionamos e sua extraordinária capacidade de mudança. A monadologia, ou seja, o atomismo, é, então, uma forma pura que pode se realizar em diferentes modelos, como aqui os modelos expressivos, práticos e ônticos e/ou semânticos. Encontramos, desse modo, a ideia central de um tipo de equação, logo, de ícone, que serve de modelo à multiplicidade de eventos acessíveis à nossa sensibilidade.

Resta questionar como podem ser desenvolvidos os elementos que inscreveremos nos planos de imanência, abertos sobre a base dessa partição primitiva. Trata-se de retomar a problemática dos percursos gerativos, mas concebida através do modelo monadológico. Deixaremos de lado o que concerne à expressão, à semântica e à enunciação, essa última estando inclusa na semântica, como mostra o esquema que propusemos acima. Recordemos simplesmente que o plano de expressão pode ser compreendido como a articulação de três perspectivas que são a indicialidade, a iconicidade e o simbolismo. A enunciação compreende uma pluralidade de instâncias, como foi mostrado em particular por Jean-Claude Coquet (2007), mas também por Denis Bertrand (2009). Acrescentaremos, de nossa parte, uma multiplicidade de pontos de vista e de diáteses (Bordron, 2012). Digamos, mais uma vez, que, do ponto de vista do seu modo de existência, trata-se sempre de perspectivas virtuais que se atualizam no discurso, ele mesmo inscrito em circunstâncias múltiplas.

Gostaríamos de retornar brevemente à distinção que fizemos entre o que vem do semântico e o que vem do ôntico. Vimos que a questão da transitividade representa um grande papel, de tal modo que a diferença parece ser menos decorrente das próprias entidades do que de sua relação. Entretanto, se o actante é claramente um ser semântico, o que é do objeto tomado no sentido comum do termo? Nosso discurso é um elemento do mundo, mas, ao mesmo tempo, nós o distinguimos do resto da natureza e pensamos que seja útil não confundir as palavras e as coisas. O senso comum tem pouca utilidade para responder essa questão, pois pode-se pensar que há entidades,

por exemplo, objetos, que existem fora de nós, mas é igualmente plausível pensar que essas entidades são simplesmente, quanto ao seu status, consequências da nossa maneira de perceber. Há argumentos para as duas concepções e eles dependem essencialmente da questão de saber o que aceitamos como primeiro, onticamente falando. Não podemos retornar a todas as definições possíveis do que é, nem mesmo à Aristóteles, que introduziu a noção de substância primeira (o indivíduo) às múltiplas consequências. Não buscaremos, por ora, se há objetos, estados de coisa, eventos, etc., independentemente de uma formatação por parte de nossa percepção. Consideramos o modo como Whitehead (1995) colocou o problema, pois ele parece estar mais próximo do nosso ponto de partida.

A filosofia de Whitehead é, em princípio, uma filosofia da transformação, do processo. Porém, deve-se compreender que os seres não estão *no* devir, nem mesmo se pode dizer que são simplesmente devir. Deve-se preferencialmente conceber que o seu ser *é* devir, o que é radicalmente diferente. O devir é aquilo que é primeiro, não no sentido de uma essência, mas como um dado do que Whitehead (1995) chama *entidades atuais*. Essas entidades passam da inexistência à existência, retornando depois à inexistência. A imagem que parece se impor é a de um fluxo contínuo, um pouco à maneira do que descreve William James (2005). O problema é, então, imaginar como as entidades sempre novas podem aparecer. Em outras palavras, como se aplica o princípio da individuação? É uma questão que evoca primeiramente os trabalhos de Gilbert Simondon (1989). Mas, sobretudo, ela desloca consideravelmente o problema do que é dado como ôntico e sua relação com a semântica. A individuação é um processo, mas dificilmente pode ser entendida apenas pelo modelo ôntico. Parece que um componente semântico é sempre necessário, ainda que apenas para compreender a necessidade do *um*. Se o universo é um fluxo, por exemplo um fluxo de energia, como compreender que os seres, ou mesmo os eventos, individualizados devem ser produzidos? A questão da individuação introduz, na articulação do ôntico e da semântica, a questão da *enologia* que, imaginamos, torna o problema muito mais interessante. Trata-se, no fundo, segundo a fórmula pela qual Wismann (2010) expõe a concepção de Demócrito, de uma “determinação do indeterminado”. Essa determinação deixa amplamente aberta a passagem entre o ôntico e o semântico de tal maneira que uma circulação é sempre possível entre os dois. Não se trata, com isso, de tomar partido em uma contenda entre realismo e nominalismo, mas sim de mostrar porque todo evento pode se distribuir em diversos planos de imanência de acordo com as modalidades de sua individuação.

Recordemo-nos brevemente dos pontos de articulação do nosso raciocínio. Partimos da percepção e do

seu poder de semiotização. Entendemos, com base nisso, que um percepto sempre tem a estrutura de um signo e pode então ser descrito como a abertura de três planos de imanência. Temos aí uma estrutura última, portanto, puramente formal, e nesse sentido metafísico. Esses planos são articulados, cada um por si mesmo, mas também em suas relações, de acordo com um princípio monadológico que serve de modelo geral. Baseados nisso, tentamos entender a razão pela qual a distinção entre o mundo ôntico e o mundo semântico poderia ser especificada, mas também vastamente indeterminada. Atribuímos essa indeterminação aos distintos modos possíveis de individuar as entidades no fluxo da experiência. O problema vem, então, de uma enologia. ●

Referências

- Bertrand, Denis
2009. De la topique à la figuration spatiale. *Actes Sémiotiques*, n. 112. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/2532>
- Bordron, Jean-François
2012. Vie(s) et diathèses. *Actes Sémiotiques*, n. 115. Disponível em: <http://epublications.unilim.fr/revues/as/2654>
- Coquet, Jean-Claude
2007. *Physis et logos*. Une phénoménologie du langage. Paris: PUF.
- Greimas, Algirdas Julien
1973 [1966]. *Semântica estrutural*. Trad. Haqira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix/EDUSP. [Greimas, A. J. *Sémantique structurale*. Paris: Larousse.]
- Hjelmslev, Louis
1968. *La structure fondamentale du langage*. Traduit de l'anglais par Anne-Marie Léonard. Préface de Vibeke Hjelmslev. Paris: Minuit.
- James, William
2005. *Essai d'empirisme radical*. Trad. Guillaume Garreta e Mathias Girel. Paris: Agone.
- Merleau-Ponty, Maurice
2006 [1945]. *Fenomenologia da percepção*. Trad. Carlos Alberto Ribeiro Moura. São Paulo: Martins Fontes.
- Peirce, Charles Sanders
1931-35. *The Collected Papers* (vol. I-VI, par C. Hartshorne, P. Weiss). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Peirce, Charles Sanders
1958. *The Collected Papers* (vol.VII-VIII par W. Burks). Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press.
- Saussure, Ferdinand de
2004 [2002]. *Escritos de linguística geral*. Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lucia Franco. São Paulo: Cultrix. [Saussure, Ferdinand. *Écrits de linguistique générale*. Texte établi et édité par Simon Bouquet e Rudolf Engler. Paris: Gallimard.]
- Simondon, Gilbert
1989. *L'individuation psychique et collective*. Paris: Aubier.
- Whitehead, Alfred North
1995. *Procès et réalité*. Traduit de l'anglais par Daniel Charles, Maurice Elie, Michel Fuchs, Jean-Luc Gauthero, Dominique Janicaud, Robert Sasso e Arnaud Villant. Paris: Gallimard.
- Wismann, Heinz
2010. *Les avatars du vide*. Démocrite et les fondements de l'atomisme. Paris: Hermann.

Dados para indexação em língua estrangeira

Bordron, Jean-François

Perception et iconicité, diagramme et monade

Estudos Semióticos, vol. 14, n. 1 (edição especial) (2018)

ISSN 1980-4016

Résumé: *Le domaine de la sémiotique se présente, du point de vue de sa plus grande généralité, comme un ensemble de multiplicités assorties de règles diverses dont le but est de déterminer ce qui d'abord ne l'est pas. La nature de ces règles est toute la question. Dans la mesure où une sémiose, dans sa définition classique, relève à la fois d'une énonciation, c'est-à-dire d'une action, d'un sens lié à une expression et d'hypothèses proposées quant à ce qui existe, réellement ou fictivement, on peut penser qu'il s'agit de coordonner ces trois infinis sous la forme d'un événement à chaque fois actuel. Le fait sémiotique révèle par là toute sa complexité mais aussi toute son étrangeté. Comment concevoir en effet que l'on puisse à la fois différencier et coordonner localement des éléments si divers par le fait d'une seule pensée ? Nous proposerons de concevoir cette unité sous la forme d'une icône. Peirce a pu affirmer que tout ce qui est iconique est possible. Dans cette optique, il est légitime de penser que l'iconicité est un trait essentiel de la réalité comme elle l'est de certains plans d'expression. Il s'ensuit également que même quand une icône ne correspond à rien de présent dans notre monde, qu'elle se contente pour ainsi dire d'exister pour elle-même, elle indique cependant la possibilité d'un certain type de monde que l'on peut grâce à elle explorer ou rêver. Si tel est le cas, une icône doit pouvoir prétendre à une certaine forme de vérité. C'est précisément ce point que nous chercherons à élucider en parcourant différents niveaux d'analyse de l'icône.*

Mots-clés: *sémiose ; perception ; iconicité ; ontologie ; sémantique*

Como citar este artigo

BORDRON, Jean-François. Percepção e iconicidade, diagrama e mônada. *Estudos Semióticos*. [on-line], volume 14, n. 1 (edição especial). Editores convidados: Waldir Beividas e Eliane Soares de Lima. São Paulo, março de 2018, p. 74-82. Disponível em: (www.revistas.usp.br/esse). Acesso em "dia/mês/ano".

Data de recebimento do artigo: 22/08/2017

Data de sua aprovação: 15/11/2017
